



CADERNO DE RECLAMAÇÕES

DA AGRICULTURA FAMILIAR DA C N A e das ASSOCIADAS REGIONAIS

Os Portugueses e a Soberania Alimentar de Portugal precisam da Agricultura Familiar a produzir e a manter vivo o território.

A Agricultura Familiar e o Mundo Rural Português necessitam de medidas urgentes de apoio por parte do MADRP e do Governo.

Assim, a CNA e as Associadas Regionais propõe e reclama:

1 – O aumento do “benefício fiscal”, mais conhecido por “subsídio” ao Gasóleo Agrícola, e a reposição da Ajuda à Electricidade Verde que era um reembolso aos Agricultores na base de 40% do valor do consumo das Explorações Agrícolas, bem como uma ajudas à compra de petróleo para máquinas de rega.

Estas são três medidas concretas que o MADRP e o Governo podem enquadrar no sistema designado por “minimis” que se destina a este tipo de situações e que não carece de autorização prévia por parte da União Europeia.

2 - A criação e o apoio a mecanismos expeditos de escoamento para os Produtos Agrícolas exemplo a Carne, o Vinho, o Azeite, de forma a obter-se melhores preços na Produção e a melhorar os rendimentos das Explorações Familiares, das Adegas e de outras Cooperativas.

3 – Apoio efectivo e de imediato para a construção do Matadouro de Viseu.

3 – O combate à especulação com os preços das Rações, Adubos, Pesticidas e outros Factores de Produção.

4 - A grande redução das contribuições mensais dos Agricultores para a Segurança Social, por escalões segundo os rendimentos das Explorações e sem perda de direitos.

4. 1 – A isenção temporária do pagamento das Contribuições Mensais dos Agricultores para a Segurança Social enquanto persistir esta crise.

5 – O combate à especulação com os preços de bens alimentares no consumo e à “ditadura” comercial imposta pelas grandes superfícies.

6 - O controlo eficaz das Importações para também assim se reduzir a dependência alimentar do País e melhorar a qualidade geral da alimentação.

7 – O pagamento ainda em falta aos Agricultores e às Organizações Agro-Rurais de Ajudas e de reembolsos por Projectos de Investimento.

8 – A reavaliação do processo de licenciamento - do REAP, Regime de Exercício da Actividade Pecuária - das Explorações Agro-Pecuárias e atribuição dos

indispensáveis apoios financeiros para adaptação - simplificada - das pequenas e médias Explorações Agro-Pecuárias.

9 – A suspensão do Decreto-Lei que estabelece o novo tarifário para a Água em que se prevê o aumento do preço para além de outras obrigações gravosas sobretudo nesta fase difícil que se vive nos campos.

10 - A revisão e reprogramação do PRODER, Programa de Desenvolvimento Rural, 2007-2013, desde logo para as Medidas Agro-Ambientais, de forma a apoiar mais e melhor as Explorações Agrícolas Familiares e o Mundo Rural. Para isso, e de entre outras, é necessário atribuir Ajudas Públicas com mais justiça social e que o Governo as aprove e as pague a tempo e horas.

11 – A manutenção e o reforço das condições de apoio aos investimentos na Floresta de uso múltiplo, e redução da área mínima actualmente exigida (25 ha) para os projectos de investimento.

11.1 - Criação de um quadro legal específico adequado aos Grupos de Baldios e ZIF de Baldios, e o reforço dos apoios públicos às suas Equipas de Sapadores Florestais, tendo em conta o serviço público que desempenham.

12 – O reconhecimento da importância económica, social e cultural dos Produtos Agrícolas, das Feiras e dos Mercados Tradicionais/Regionais.

Com a criação, participada, de um regime de excepção, desburocratizado, para Produtos Agrícolas, e atribuição de apoios financeiros, a fundo perdido, para adequação das Feiras e Mercados Locais tendo em vista promover a comercialização directa dos produtos agrícolas.

13 – Definição de outras e melhores Políticas Agro-Rurais, quer a nível da PAC, Política Agrícola Comum, quer das Políticas Nacionais:

- Com toda a prioridade e estímulo à produção nacional de bens alimentares.
- Com Ajudas ligadas à Produção, “moduladas” (com redução por escalões) e “plafonadas” (com tectos ou limites máximos por Agricultor).
- Com prioridade, e mais apoios, para objectivos e critérios de natureza social e ambiental. Com o abandono da nefasta orientação de prioridade e maiores apoios públicos, à estafada “competitividade” e “viabilidade económica dos projectos”. Condições estas que só têm servido para atribuir cada vez mais dinheiro público aos grandes produtores, à grande agro-indústria e às produções intensivas e industriais e, em contrapartida, para arruinar a Agricultura Familiar e o Mundo Rural.
- Com apoios financeiros especiais – aliás no âmbito das medidas anti-crise – para o desendividamento e o investimento nas Explorações Agrícolas Familiares, na pequena e média Agro-Indústria e no Sector Cooperativo.
- Com o reforço das verbas destinadas à Agricultura nos Orçamentos de Estado, e com a reabertura e operacionalização dos Serviços Públicos do Ministério da Agricultura, a começar pelas Zonas Agrárias.

20 de Janeiro de 2009

**As Direcções da
C N A, BALFLORA, AGRO TAROUCA LAMEGO E ADRL**